

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS RELATÓRIO ANUAL 2017

2016.2017

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA
SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório reporta ao segundo ano de vigência do Plano de Gestão de Riscos (PGR) 2016-2017 do Politécnic de Leiria (IPLeia) e seus Serviços de Ação Social (SAS). No final deste biénio, esta prática de gestão responsável acumula nove anos de experiência no universo do Politécnic de Leiria, sendo que esta comissão de monitorização e gestão dos riscos de corrupção e infrações conexas encerra um ciclo de oito anos.

O documento mantém a sua estrutura, designadamente quanto à separação dos procedimentos em gerais e específicos e quanto à avaliação de cada risco com base em princípios adotados internacionalmente, os quais são classificados em função da probabilidade da ocorrência e da gravidade da consequência, como a seguir se ilustra:

MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

Probabilidade de ocorrência \ Gravidade da consequência	Fraca	Normal	Forte
Baixa	Reduzido	Reduzido	Moderado
Média	Reduzido	Moderado	Elevado
Alta	Moderado	Elevado	Elevado

Fonte: adaptado de FERMA (2003)

Em termos de grau de execução, os resultados são organizados por estes níveis de risco, apresentando-se por áreas de intervenção e indicando, entre parêntesis, o número de resposta aos procedimentos por parte dos responsáveis nas unidades orgânicas e direções de serviços. Às respostas recebidas foram atribuídos três níveis de execução:

- “E” – significa que o procedimento foi executado;
- “PE” – significa que o procedimento foi parcialmente executado, estando em curso a sua conclusão;
- “NE” – significa que o procedimento não foi executado e, ou poderia ou deveria ter sido executado, ou existem justificações para a sua não execução devendo, neste caso, ponderar-se a sua continuidade numa próxima atualização do PGR;

As situações em que não foi possível obter resposta estão assinaladas com “NR”.

O documento apresenta os resultados da monitorização do segundo ano do biénio 2016-2017 e, para além desta introdução, está organizado em três capítulos: no segundo, é feita a avaliação dos procedimentos de prevenção; no terceiro, é indicado o grau de execução e evolução da implementação das medidas e são analisadas as justificações para a não execução de medidas; e, no quarto, são apresentadas recomendações e ajustamentos, bem como propostas de melhoria a considerar no Plano de Gestão de Riscos 2018/2019.

2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

Neste capítulo é feita a avaliação das medidas de prevenção dos riscos identificados no PGR. Em termos gerais, considera-se que as medidas previstas foram corretas e adequadas, contribuindo para eliminar ou evitar riscos; a maioria das medidas está implementada ou em fase de implementação, devendo, sempre que se mostre necessário, ser assegurada a sua continuidade e ou atualização. A Comissão de Monitorização efetuou o controlo anual da gestão de riscos, através do questionário online e, na tabela que se apresenta de seguida, procura ilustrar a evolução da aplicação das medidas do PGR em 2017.

Medidas Gerais

Medidas adotadas	Execução		
	E	PE	NE
1) Transparência Cultura de transparência da gestão ao nível dos processos (via sistema de órgãos que privilegia a participação das pessoas) e da informação (divulgação e acesso).	×		
2) Presença on-line Permanência, na página web do IPEleiria, de um espaço reservado à prevenção de riscos de gestão e de corrupção e infrações conexas.	×		
3) Divulgação Envio do PGR por correio eletrónico e de um link para declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa; conclusão do concurso para criação de spot.		×	
4) Formação Promoção de formação específica conexas com a prevenção de riscos e contabilidade pública no âmbito do SNC-AP. Promoção de ações de sensibilização / formação na área da ética e conflitos de interesses, nas suas variadas dimensões.	×		
5) Auditoria informática Conclusão da auditoria externa ao sistema informático DIGITALIS, para verificação da fiabilidade, designadamente face a ataques à sua segurança.	×		
6) Auditoria financeira Verificação anual pelo Gabinete de Auditoria e Controlo Interno, com reporte ao Conselho de Gestão, às recomendações da auditoria externa no âmbito do RJES e da auditoria do Tribunal de Contas. Revisão de procedimentos tendo em conta os relatórios de auditoria que são divulgados, com vista à melhoria de processos.	×		
7) Controlo interno Atualização dos Manuais de Controlo Interno do IPEleiria e SAS.		×	

Medidas Específicas

Nível de risco ELEVADO (96)	Execução			
	E	PE	NE	NR
Despesa (63)	45	14	1	3
Pessoal (9)	8	1	0	0
Receita (9)	9	0	0	0
Estudantes (1)	1	0	0	0
Património (14)	12	1	1	0
Subtotal	75	16	2	3
	78,1%	16,7%	2,1%	3,1%

Nível de risco MODERADO (145)	Execução			
	E	PE	NE	NR
Despesa (31)	30	1	0	0
Pessoal (28)	24	2	0	2
Receita (43)	41	1	0	1
Estudantes (36)	35	0	1	0
Património (7)	5	2	0	0
Subtotal	135	6	1	3
	93,1%	4,1%	0,7%	2,1%

Nível de risco REDUZIDO (40)	Execução			
	E	PE	NE	NR
Despesa (3)	3	0	0	0
Receita (1)	1	0	0	0
Estudantes (36)	34	1	1	0
Subtotal	38	1	1	0
	95,0%	2,5%	2,5%	0,0%

Nota: Todas as medidas de verificação realizadas pelos serviços indicados no presente relatório são suportadas por prova documental, indicando o número da medida objeto de procedimento e o responsável pelo mesmo.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

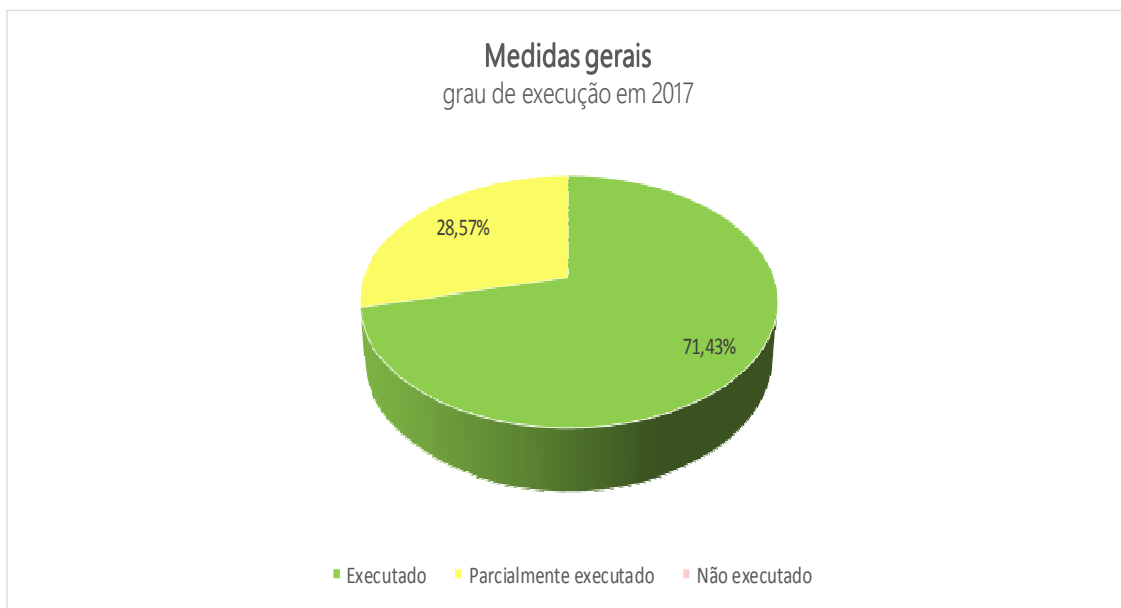
De acordo com as informações validadas, a Comissão de Monitorização tem a firme convicção de que o universo Politécnico de Leiria adotou o PGR como prática de gestão responsável.

A persistência de impedimentos pontuais no aumento das taxas de cumprimento de alguns procedimentos deve-se, fundamentalmente, às dificuldades na alocação de recursos humanos e na afetação de recursos financeiros.

3.1. Medidas Gerais

A execução das medidas gerais apresenta a seguinte distribuição final:

- 71,43% - Executado.
- 28,57% - Parcialmente executado.
- 0% - Não executado.

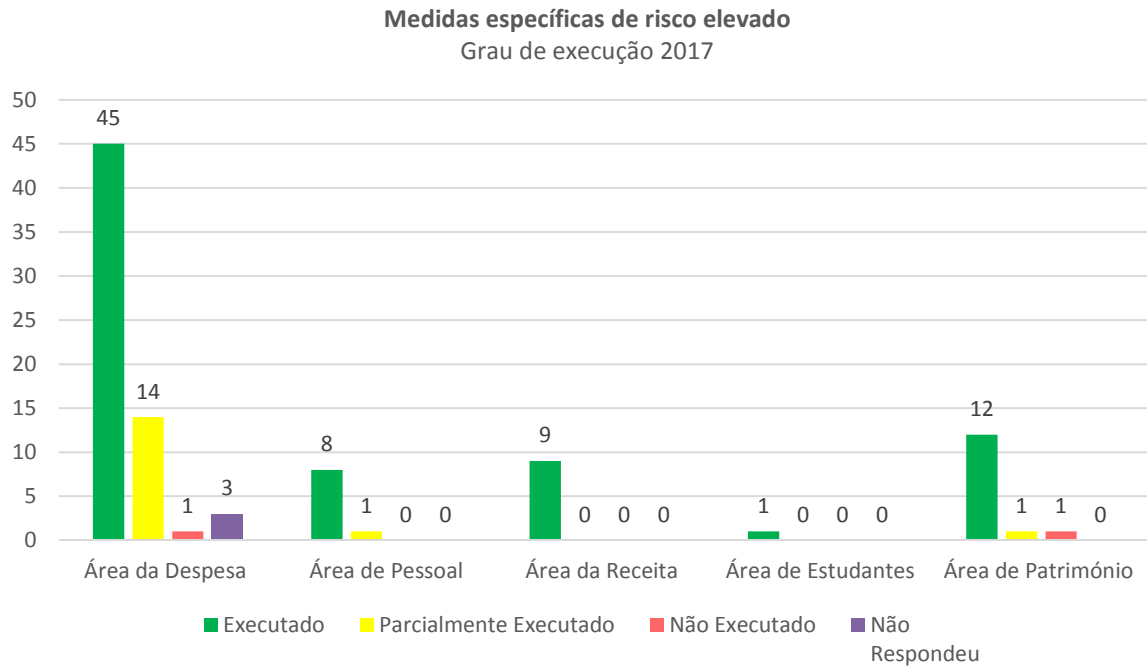


As medidas gerais que se encontram parcialmente executadas são:

- “Medida 3 – divulgação”, envio do PGR por correio eletrónico e de um link para declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos e escusa; conclusão do concurso para criação de spot. Apenas o processo do concurso para criação de spot se encontra por concluir.
- “Medida 7 – controlo interno”, atualização dos manuais de controlo interno do IPLeiria e SAS. O processo de atualização encontra-se em desenvolvimento, esperando-se a sua conclusão no decurso de 2018.

3.2. Medidas Específicas - Risco Elevado

Em 2017, a execução das medidas específicas com **nível de risco elevado** apresenta os seguintes resultados:

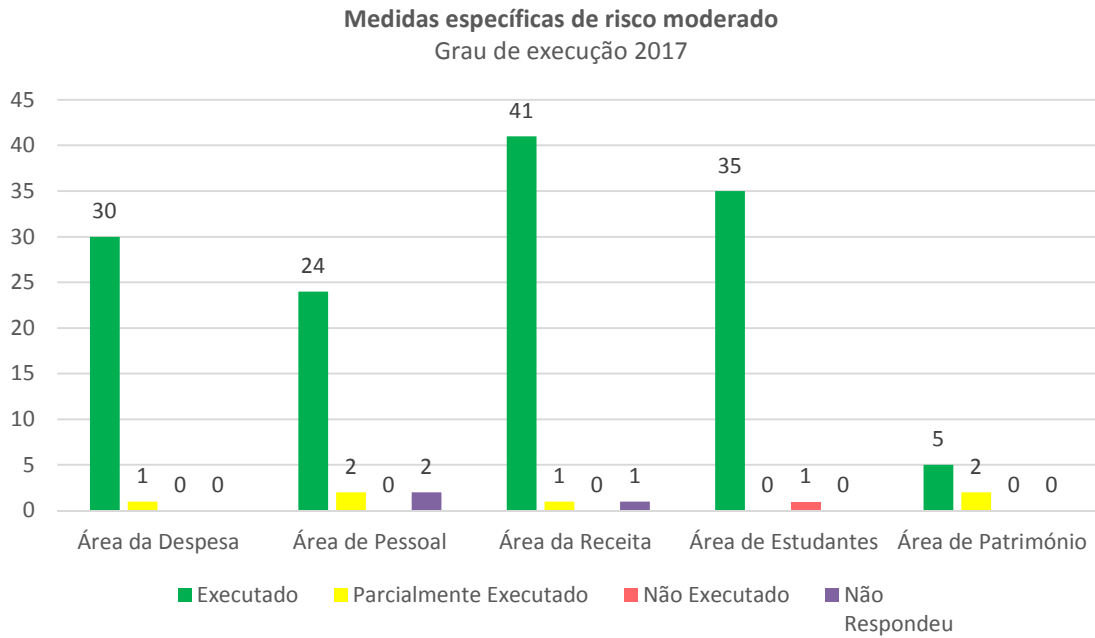


Existem 2 medidas não executadas:

- “Medida 3.2 - maior exigência na planificação das atividades com adequada antecedência”. A não existência de planeamento leva a que os processos de aquisição de bens e serviços sejam tramitados quase todos com carácter de urgência, criando condições favoráveis para a ocorrência de erros.
- “Medida 40.1 - realização de um teste de conformidade por semestre, quanto à etiquetagem”. Não se realizou por limitação de recursos humanos.

3.3. Medidas Específicas - Risco Moderado

Em 2017, a execução das medidas específicas com nível de risco moderado apresenta os seguintes resultados:

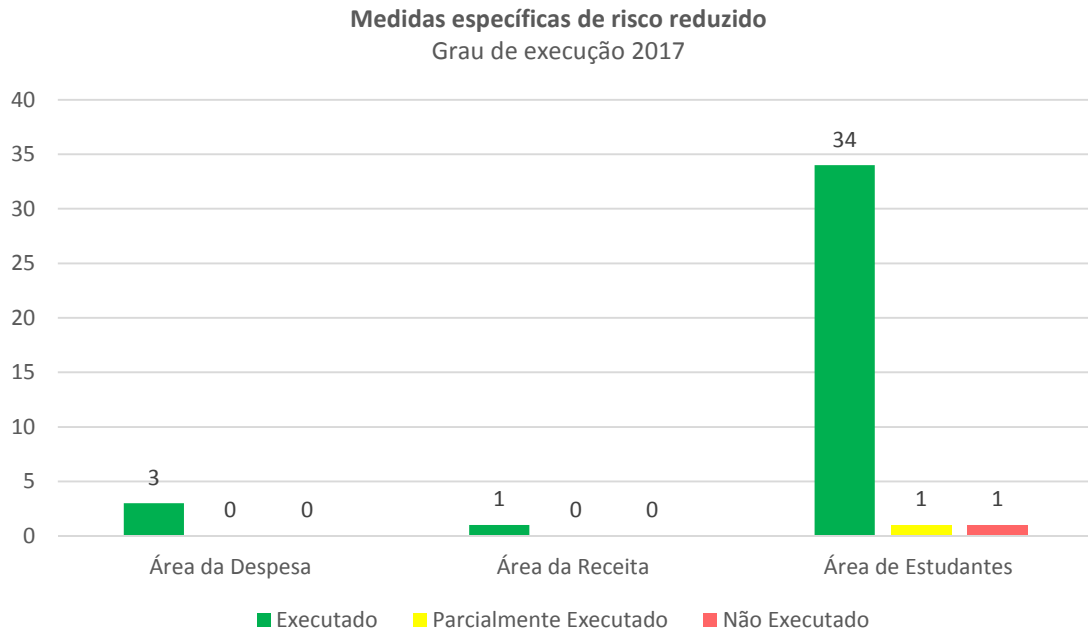


A medida por executar reporta ao favorecimento indevido na atribuição de benefícios a estudantes:

- “Medida 38.1 – otimização do sistema de cruzamento entre dados da plataforma da DGES (SICABE4) e da DIGITALIS, para melhor e mais célere resposta às necessidades dos SAS”. A medida estava prevista para execução ao abrigo do projeto “SAMA Atende”, o qual acabou por não avançar.

3.4. Medidas Específicas - Risco Reduzido

Em 2017, a execução das medidas específicas com nível de risco reduzido apresenta os seguintes resultados:



A medida por executar refere-se à atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais:

- “Medida 37.1 – realização de 10 visitas domiciliares”. Foi dada prioridade à realização de entrevistas presenciais nos serviços por falta de meios e, em consequência, privilegiada a verificação sistemática das candidaturas.

4. RECOMENDAÇÕES

A implementação do PGR que decorreu nos anos de 2016 e 2017, e a sua consequente análise e avaliação, permite afirmar que, em termos gerais, as medidas preventivas contempladas no PGR se adequam à prevenção e eliminação de situações de risco identificadas. Verifica-se que a grande maioria das medidas encontra-se executada ou em execução.

Considerando as alterações mais relevantes no ambiente legislativo e os resultados do processo de monitorização no biénio, contempladas quer no relatório de 2016, quer no presente relatório, a Comissão de Monitorização sugere ao Conselho de Gestão do IPLeiria a adoção das seguintes recomendações:

- Implementação de um cronograma e responsáveis pela aplicação das medidas previstas.
- Decisão final sobre o concurso para criação de spot, incluído na medida geral “Divulgação”; qualquer que seja a decisão, deve ser ponderada a sua eliminação no PGR 2018-2019.
- Intensificação das exigências de planeamento de forma a evitar os constrangimentos no aprovisionamento e a retirar pressão nos processos de aquisição de bens e serviços tramitados com carácter de urgência, que cria condições favoráveis à ocorrência de erros.
- Revisão do PGR no sentido de incluir regras que reflitam os riscos decorrentes da adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e da aplicação do recente Regulamento Geral de Proteção de Dados que já implicou alterações na orgânica do Politécnico de Leiria.

O trabalho desta Comissão de Monitorização encerra um ciclo de 8 anos de partilha em contexto profissional. Importa sobrelevar e agradecer a cooperação prestada pela comunidade do Politécnico de Leiria.

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Avaliação das Medidas de Prevenção	3
3. Análise dos Resultados	5
3.1. Medidas Gerais	5
3.2. Medidas Específicas - Risco Elevado	6
3.3. Medidas Específicas - Risco Moderado	7
3.4. Medidas Específicas - Risco Reduzido	8
4. Recomendações	9
Índice	10
Ficha Técnica	11

FICHA TÉCNICA

Título

Relatório anual | 2017

(Monitorização do Plano de Gestão de Riscos do IPLeiria e Serviços de Ação Social, 2016/2017)

Comissão de Monitorização

Luís Lima Santos, Professor Coordenador, ESTM - IPLeiria

Eugénia Maria Lucas Ribeiro, Administradora do IPLeiria

António José Simões, Técnico Superior, IPLeiria

Marta Henriques, Diretor de Serviços da ESTG - IPLeiria

Isabel Maria Paraíso Faria Lopes - Diretora da Direção dos Serviços Académicos

Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho, Professor Adjunto, ESTG - IPLeiria

Filipe Miguel Diogo Neto, Técnico Superior, SAS - IPLeiria

Capa e Grafismo

UED, Joana Pimparel Mineiro

